

## Medida Provisória nº 925 de 19 de março de 2020

Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da covid-19.

### EMENDA

O art. 6º do PLV apresentado à Medida Provisória nº 925, de 2020, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

**“Art.**

**6º** .....  
.....

**Parágrafo único.** O Governo Federal promoverá o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de aeroportos por ele firmados relativo à atribuição dos preços a que se refere o art.2º da lei nº6.009, de 26 de dezembro de 1973, à entidade responsável pela administração do aeroporto concedido.”

### JUSTIFICAÇÃO

O art.6º do PLV alterou o art.2º da lei nº6.009/1973 atribuindo às administradoras dos aeroportos o pagamento dos preços pela utilização de áreas, edifícios, instalações, equipamentos, facilidades e serviços. Isso se justifica dado que essas administradoras geralmente possuem as melhores condições para empregar da melhor maneira possível essas instalações. Entretanto, com isso elas passam a auferir uma receita que não estava prevista no momento dos leilões e da assinatura dos contratos de concessão, assim desequilibrando aqueles contratos. Faz-se então necessário promover o seu reequilíbrio, que é o que esta emenda propõe.

Sala das Sessões, 30 de junho de 2020.



Deputado ENIO VERRI – PT/PR

Apresentação: 30/06/2020 15:46 - PLEN  
EMP 4 => MPV 925/2020

EMP n.4/0

Documento eletrônico assinado por Enio Verri (PT/PR), através do ponto SDR\_56449, e (ver rol anexo),  
na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato  
da Mesa n. 80 de 2016.



\* C D 2 0 5 8 2 9 3 6 3 2 0 0 \*



# **Emenda de Plenário à MPV (Ato Conjunto 1/20)**

## **(Do Sr. Enio Verri )**

Altera o PLV à MPV 925/2020.

Assinaram eletronicamente o documento CD205829363200, nesta ordem:

- 1 Dep. Enio Verri (PT/PR) - LÍDER do PT
- 2 Dep. Wolney Queiroz (PDT/PE) - LÍDER do PDT
- 3 Dep. Alessandro Molon (PSB/RJ) - LÍDER do PSB      \*-(p\_7204)

\* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.